

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

	ANO:	2015	
,			,
TIPO DE CORI	REIÇÃO:		ORDINÁRIA
MODALIDA	ADE:		SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORRE	EICIONADA:	7ª	VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
PERÍODO CORRE	EICIONADO:		1º/04/2014 A 31/03/2015
CORREGEDOR:	DESEMBARG	ADOR PLAT	ON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

EQUIPE CORRECIONAL			
SERVIDOR	FUNÇÃO		
Cynthia Thereza Bacelar Xavier	Diretora de Secretaria Substituta da Corregedoria Regional		
Bruno Barbosa Dib	Assistente		
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente		
Marina Sabino Coutinho	Assistente		
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente		

Página 1

7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE**

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014	2015**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.882	2.270	575
2	Processos solucionados na fase de conhecimento	1.492	1.749	431
3	Produção	79%	77%	75%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.536	2.053	453
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	807	1.012	1.114
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.352	1.603	1.729
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	26%	29%	61%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	38%	43%	73%
9	Execuções iniciadas	427	472	154
10	Execuções encerradas	349	406	107
11	Execuções finalizadas	464	418	88
12	Execuções pendentes de encerramento	609	626	660
13	Execuções pendentes de finalização	981	1.016	1.074
14	Execuções no arquivo provisório em 31/03	325	340	348
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	91%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	69%	71%	90%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	42%	41%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	37%	42%	48%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2015 referem-se aos meses de janeiro a março.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA
Juiz Auxiliar	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região	SIM	NÃO
Metropolitana)?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X			-
Auxiliar fixo			X	X	-

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	ŀ	4
---	---	---

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas		NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	Х	
Forma de revezamento: Diário		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		Х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	169
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	134

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		Х

Página 3

7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

06/05/2015

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	600
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	68
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	8

^{*} Dados apurados pela equipe correcional em 28/04/2015

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado 41
--

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	36	17
Sentença na fase executória	14	-
Embargos de declaração	37	-

2.6.4 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
RTOrd 0011027-79.2013.5.18.0007	08/04/15 17:34	8	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011115-20.2013.5.18.0007	09/04/15 16:28	7	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011308-35.2013.5.18.0007	26/02/15 13:22	13	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011416-64.2013.5.18.0007	09/04/15 16:22	7	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011422-71.2013.5.18.0007	08/04/15 17:40	8	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011315-90.2014.5.18.0007	24/02/15 11:03	14	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTSum 0010205-22.2015.5.18.0007	08/04/15 17:38	8	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTSum 0010233-87.2015.5.18.0007	23/03/15 13:52	14	CELISMAR COÊLHO DE FIGUEIREDO
RTOrd 0011714-56.2013.5.18.0007	20/02/15 12:46	55	WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA
RTOrd 0011724-03.2013.5.18.0007	19/02/15 14:13	56	WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA
RTOrd 0010137-09.2014.5.18.0007	13/04/15 14:54	5	WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA
TOTAL DE SENTENÇAS PENDEN	11		

^{*}Dados relativos à 04/05/2015

3 - PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7°, da CLT – 30 dias)	47	71
Ordinário	134	255

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

P**	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	16	21
Ordinário	43	30

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
5.5 – Frazo medio para prolação de sentenças da lase executoria	5	6

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	2

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	1	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

D''.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	40	43
Ordinário	49	161

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

Página 5

^{**} A última visita correcional foi realizada em 06/09/2013 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/08/2012 e 31/07/2013.

4 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
ELÊUS DÂMASO DE LIMA	CJ-3	EFETIVO
ALBERTO PESSOA A SILVA	FC-3	EFETIVO
CLÁUDIO NUNES R SANTANA	FC-5	EFETIVO
DAIANE DA CUNHA MARQUES	-	EFETIVO
HERIKA SILVA V FABIAN	FC-5	EFETIVO
KARLA SOUZA MELO	FC-5	EFETIVO
LEONARDO BRITO BARRETO	FC-3	EFETIVO
LUCIANA RODRIGUES FERREIRA	FC-2	EFETIVO
MARAISA LIMA COSTA	-	EFETIVO
VANIUS CHAVES F. FILHO	FC-2	EFETIVO
CLAUDIA FERNANDA LIMA FREIRE		ESTAGIÁRIA
GABRIEL NOVATO S FRAUZINO		ESTAGIÁRIO

^{*} A unidade possui 1 claro de lotação.

7º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 06/05/2015

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	3
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	1
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

4.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, liquidação encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Oficio Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correições permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	Х		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	x		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	x		Exceto os valores decorrentes do pagamento de custas recursais.
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	х		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?		x	
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	х		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		х	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	Х		
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	х		Revezamento diário.
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais estão sendo marcadas para novembro/2015 em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para maio/2015 e fevereiro/2016, nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	X		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	Х		
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	Х		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	X		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?		х	
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		×	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)		X	
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nos 30/2012 e 32/2012?	X		
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	-	-	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	Х		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?	x		
29	O Juízo determina a prévia citação do sócio, em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, antes de praticar qualquer medida constritiva de bens, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados, conforme disposto no artigo 160 do PGC?	Х		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
30	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
31	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT?	x		
32	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
33	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
34	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		
35	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	Х		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
36	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
38	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a divida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	Х		
39	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?		X	
40	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2015? (Meta 1 do CNJ)		х	
41	A unidade julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)		x	
42	A unidade aumentou o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior? (Meta 3 do CNJ)			
43	A unidade baixou, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		X	
44	A unidade julgou as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais?(Meta 6 do CNJ)	Х		
45	A unidade aumentou em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)	X		
46	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta		×	

6 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	х		
RENAJUD	х		
DETRAN	х		
INFOJUD	x		
INFOSEG	х		
INCRA	x		
JUCEG	х		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	х		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	x		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	Х	
Sistema SAJ18	х	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	Х	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	Х	
Sistema de Cálculos	Х	
Sistema de Guias	Х	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	Х	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

Cumpriu?		de correição do exercicio anterior		
Recomendação	SIM	NÃO	Observações	
7.1.1 - O Cumprimento das determinações contidas nos artigos 50, inciso II, e 79, § 4º, ambos do PGC, quanto à necessidade de, quando não tenham sido informados nos autos, colher o número do CPF/CNPJ dos demandados em audiência, inserindo-os posteriormente no sistema informatizado;	x			
7.1.2 - O lançamento, com regularidade, no sistema SAJ18, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, inclusive as recursais, tanto na fase de conhecimento como na de execução, nos termos dos artigos 163 e 170 do PGC, inclusive dos processos em trâmite no sistema Pje-JT(item 6.2 – 2 e 10 do Relatório de Correição);	x		Atendida parcialmente.	
7.1.3 - A observância das disposições contidas no artigo 76 do PGC, devendo o juiz esclarecer às partes acerca da importância do cumprimento das obrigações previdênciárias, da necessidade de fornecimento de informações à Previdência Social relativas aos recolhimentos efetuados, bem como da possiblidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como que a unidade expeça ofício a SRF nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, nos termos do artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 6.2 – 7 e 18 do Relatório de Correição;	x		Atendida parcialmente.	
7.1.4 - Que a Secretaria da Vara abstenha-se de suspender as execuções em trâmite sem que haja determinação expressa do juiz condutor do feito, conforme apontamentos constantes do relatório de correição anexo, uma vez que a suspensão da execução pode implicar em extinção de direitos pela aplicação da prescrição intercorrente conforme apurado no item 6.2 – 13 do Relatório de Correição;	x			

7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 06/05/2015

7.1.5 - Que, no mesmo sentido, as liquidações de sentença sejam objeto de homologação pelo Juízo, ficando dispensada essa providência apenas quando for adotada a sistemática de prolação de sentenças líquidas, na forma do art. 160 do PGC. Ressalta-se que, nos casos verificados nesta Correição, nem mesmo poderia se cogitar de homologação tácita da conta de liquidação, posto que o ato posterior, ou seja, a citação do devedor, também é feito de ofício pelo Diretor de Secretaria conforme apurado no item 6.2 – 20 do Relatório de Correição;	x		
7.1.6 - Que os juízes, nos processos em que houver a celebração de acordo entre as partes, exijam, sempre que possível, que o pagamento do acordo seja efetuado através da utilização de conta judicial, tendo em vista o convênio firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e as instituições bancárias oficiais para administração dos depósitos judiciais, que assegura a obtenção, em contrapartida, de remuneração baseada no saldo médio das contas judiciais, viabilizando o aprimoramento da atividade finalística da Corte, conforme apurado no item 6.2 – 9 do Relatório de Correição;	х		
7.1.7 - O integral cumprimento do disposto no artigo 346 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho dos acordos homologados, conforme apurado no item 6.2 – 25 do Relatório de Correição;		x	
7.1.8 - A prolação das sentenças listadas no item 2.6.6 do Relatório de Correição, priorizando-se aquelas com mais de 40 (quarenta) dias, no prazo improrrogável de 20 dias.	х		

7º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 06/05/2015

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o check list elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos e certifica a inexistência de pendências, indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010283-16.2015.5.18.0007, RTSum-0010134-20.2015.5.18.0007, RTSum-0010094-38.2015.5.18.0007, RTSum-0010361-10.2015.5.18.0007, RTOrd-0010376-76.2015.5.18.0007).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0011380-22.2013.5.18.0007, RTOrd-0011498-95.2013.5.18.0007, RTOrd-0010684-83.2013.5.18.0007, RTOrd-0011177-60.2013.5.18.0007, RTOrd-0011465-08.2013.5.18.0007 e RTOrd-0010747-11.2013.5.18.0007).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0011380-22.2013.5.18.0007, RTOrd 0011498-95.2013.5.18.0007, RTOrd-0010684-83.2013.5.18.0007, RTOrd-0011177-60.2013.5.18.0007, RTOrd-0011465-08.2013.5.18.0007 e RTOrd-0010747-11.2013.5.18.0007).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença, de forma eletrônica, conforme convênios com os órgãos de controle (processos: RTOrd-0011465-08.2013.5.18.0007 e RTOrd-0010747-11.2013.5.18.0007).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTSum-0011227-86.2013.5.18.0007, RTOrd-0011540-47.2013.5.18.0007, RTOrd-0011134-26.2013.5.18.0007, RTSum-0011937-72.2014.5.18.0007 e RTOrd-0010633-38.2014.5.18.0007).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0011569-63.2014.5.18.0007, RTOrd-0011494-24.2014.5.18.0007 e RTOrd-0010025-06.2015.5.18.0007).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe-JT os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011227-86.2013.5.18.0007, RTOrd-0011540-47.2013.5.18.0007, RTOrd-0011134-26.2013.5.18.0007, RTSum-0011937-72.2014.5.18.0007 e RTOrd-0010633-38.2014.5.18.0007).
8	Constatou-se, em 28/04/2015, através da ferramente Birô, do sistema informatizado SAJ18, a inexistência de quantidade significativa de processos com atraso considerável.

7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 60 dias e, posteriormente, determinando o envio dos autos ao arquivo provisório no caso de inércia do credor (processos: RTSum-0010707-29.2013.5.18.0007, RTSum-0010601-33.2014.5.18.0007, RTSum-0010750-29.2014.5.18.0007, RTSum-0010624-76.2014.5.18.0007 e RTOrd-0010628-50.2013.5.18.0007).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o movimento "SUSPENSO O PROCESSO POR EXECUÇÃO FRUSTRADA", cumprindo o artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010707-29.2013.5.18.0007, RTSum-0010601-33.2014.5.18.0007, RTSum-0010750-29.2014.5.18.0007, RTSum-0010624-76.2014.5.18.0007 e RTOrd-0010628-50.2013.5.18.0007).
11	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que das publicações expedidas pela Vara do Trabalho NÃO constam os números das CDAs respectivas, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 185 do PGC (processo: ExFis-0011514-49.2013.5.18.0007, ExFis-0039400-33.2007.5.18.0007 e ExFis-0165000-35.2005.5.18.0007).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd 0010791-30.2013.5.18.0007, RTSum 0010072-14.2014.5.18.0007, RTOrd 0010429-91.2014.5.18.0007, RTOrd 0010687-04.2014.5.18.0007 e RTSum-0010792-78.2014.5.18.0007).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJe-JT os movimentos que indicam o início e o encerramento da execução previdenciária, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd 0010791-30.2013.5.18.0007, RTSum 0010072-14.2014.5.18.0007, RTOrd 0010429-91.2014.5.18.0007, RTOrd 0010687-04.2014.5.18.0007 e RTSum-0010792-78.2014.5.18.0007).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0010791-30.2013.5.18.0007, RTSum 0010072-14.2014.5.18.0007, RTOrd 0010429-91.2014.5.18.0007, RTOrd 0010687-04.2014.5.18.0007 e RTSum-0010792-78.2014.5.18.0007).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado Pje-JT os movimentos que indicam o início e o fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC e o artigo 1º do Provimento TRT 18ª SCR nº 3/2013 (processos: RTOrd-0011465-08.2013.5.18.0007, RTOrd-0011339-55.2013.5.18.0007, RTOrd-0011332-63.2013.5.18.0007 e RTOrd-0011313-57.2013.5.18.0007).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, além outros meios para tentativa de constrição dos bens do devedor, de ofício, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), como, por exemplo, a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a Recomendação nº 2/CGJT de 2011, informada pelo Ofício Circular nº 17/2011/TRT18-SCR (processos: RTSum-0010112-93.2014.5.18.0007, RTOrd-0010884-90.2013.5.18.0007, RTSum-0010601-33.2014.5.18.0007 e RTOrd-0011372-42.2013.5.18.0008).

7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

Item	Constatações
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença líquida, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0010549-71.2013.5.18.0007, RTOrd-0010257-86.2013.5.18.0007 e RTOrd-0010356-56.2013.5.18.0007).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: RTSum-0010112-93.2014.5.18.0007, RTOrd-0010884-90.2013.5.18.0007, RTSum-0010601-33.2014.5.18.0007 e RTOrd-0011372-42.2013.5.18.0008).
19	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, TAMPOUCO das sentenças prolatadas ou acordos homologados nos processos em que figuram como partes ou intervenientes idosos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd 0010414-25.2014.5.18.0007, RTOrd 0010190-87.2014.5.18.0007, RTOrd 0012210-51.2014.5.18.0007, RTOrd 0010114-63.2014.5.18.0007, RTOrd 0010247-25.2015.5.18.0281, RTSum 0011137-53.2014.5.18.0004).
20	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, mas NÃO certifica os feriados, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTOrd 0010414-25.2014.5.18.0007, RTOrd 0011138-63.2013.5.18.0007, RTSum 0011233-59.2014.5.18.0007, RTSum 0011463-04.2014.5.18.0007, RTOrd 0010117-43.2013.5.18.0010, RTSum 0011257-87.2014.5.18.0007, RTOrd 0010422-02.2014.5.18.0007).
21	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0010414-25.2014.5.18.0007, RTOrd 0011138-63.2013.5.18.0007, RTSum 0011233-59.2014.5.18.0007, RTSum 0011463-04.2014.5.18.0007, RTOrd 0010117-43.2013.5.18.0010, RTSum 0011257-87.2014.5.18.0007, RTOrd 0010422-02.2014.5.18.0007).
22	O Juiz analisa, de forma explicita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOrd 0010414-25.2014.5.18.0007, RTOrd 0011138-63.2013.5.18.0007, RTSum 0011233-59.2014.5.18.0007, RTSum 0011463-04.2014.5.18.0007, RTOrd 0010117-43.2013.5.18.0010, RTSum 0011257-87.2014.5.18.0007, RTOrd 0010422-02.2014.5.18.0007).
23	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd 0010414-25.2014.5.18.0007, RTOrd 0011138-63.2013.5.18.0007, RTSum 0011233-59.2014.5.18.0007, RTSum 0011463-04.2014.5.18.0007, RTOrd 0010117-43.2013.5.18.0010, RTSum 0011257-87.2014.5.18.0007, RTOrd 0011383-40.2014.5.18.0007, RTOrd 0010422-02.2014.5.18.0007).
24	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 01/12/2014 e 31/03/2015, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início de audiências é de 18 minutos e (2º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 13 (treze) processos.
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 01/12/2014 e 31/03/2015, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.